

**EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS-BRASIL:
A contribuição do Programa Universidade Para Todos (PROUNI)**

Gabriel Soares de A. Filho

gabrieldaibg@hotmail.com

Centro Universitário Maurício de Nassau

Inalda Maria dos Santos

inaldasantos@uol.com.br

Universidade Federal de Alagoas

Edna Cristina do Prado

wiledna@uol.com.br

Universidade Federal de Alagoas

Jacy de Araújo Azevedo

jacyufal@gmail.com

Centro Universitário Maurício de Nassau

Claudia Denise Sacur Marques

claudia.marques@cedu.ufal.br

Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a Expansão do Ensino Superior Privado em Alagoas e a contribuição do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O PROUNI foi criado em 13 de janeiro de 2005 por meio da Lei nº 11.096, no contexto do discurso da democratização do ensino superior, o qual tinha como objetivo viabilizar o acesso à educação superior nas instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Para tanto, está organizado, para além da introdução e das considerações finais, em três seções. A primeira apresenta uma breve reflexão acerca da história do ensino superior e a criação da universidade, a partir da Idade Média e a criação da Universidade (século XII) até a implantação e a estatização da Universidade moderna nos dias atuais. A segunda dedica-se à reflexão da reforma do ensino superior no Brasil e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), fazendo uma breve retomada de seu percurso histórico. A tônica da terceira seção pauta-se no Programa Universidade para Todos e sua contribuição para a expansão do ensino superior de Alagoas, tendo como ponto de partida a ampliação da educação superior pública e privada a partir dos anos de 1990. Os estudos de Trindade (1999, 2000), Macedo (2005), Dourado (2002, 2003, 2011), Cunha (1980, 2000, 2003), Faceira (2009), Leher (1998, 2004) constituem-se o referencial teórico da análise com vistas a refletir acerca da participação do PROUNI no processo de expansão da educação superior privada em Alagoas, nos anos de 2009 a 2016.

Palavras-chave: Ensino Superior. Expansão. PROUNI.

INTRODUÇÃO

Analisando as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil sobre o ensino superior durante a década de 1990 percebemos que houve mudanças no ensino superior. Essas mudanças aplicadas na educação superior foram marcadas por políticas que priorizaram a naturalização¹ das instituições não universitárias e o crescimento do ingresso no ensino superior de natureza privada (DOURADO, 2011).

O governo federal criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, sob a inspiração do discurso de democratização do ensino superior, viabilizando oportunidades para o estudante cursar uma graduação em instituições de ensino superior (IES) privadas com ou sem fins lucrativos.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

O PROUNI, foi fundamental no processo de expansão da educação superior. Nesse sentido, o texto busca, no primeiro momento um breve percurso sobre a história do ensino superior no Brasil. No segundo momento, o objetivo é fazer um breve histórico do Programa Universidade para Todos (PROUNI) no contexto da reforma do ensino superior. No terceiro, o foco é no avanço do ensino superior privado no estado de Alagoas tendo como ponto de partida o PROUNI, apresentando assim algumas considerações finais.

A partir dessas considerações, este texto se propõe a analisar a contribuição do PROUNI para a expansão do ensino superior de Alagoas.

1. HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Esta seção tem como objetivo fazer um breve percurso sobre a história do ensino superior no Brasil. Entendemos que seria uma negligência indesculpável tratar de história universitária, seja do Brasil ou de qualquer outro país, sem fazermos uma busca histórica dos primórdios da universidade.

¹ Naturalização das instituições não universitárias significa colocar no mesmo patamar de universidades os centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos (DOURADO, 2011).

Nesse sentido, consideramos a necessidade de traçarmos uma linha temporal da história da universidade para entender o processo, as razões e contribuições da implantação da universidade brasileira.

Trindade (2000, p. 122) traça a seguinte linha:

1. Do século XII até o Renascimento, caracterizado como “período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.”.
2. No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contrarreforma.
3. A partir do século XVII, período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência.
4. No século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade.

O mundo estava sofrendo inúmeras transformações, e neste cenário surge a universidade.

O quadro abaixo relaciona as primeiras universidades criadas a partir da Idade Média.

Quadro 1 - Cronologia e informação das primeiras universidades ocidentais

NOME DA UNIVERSIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO	INFORMAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE
Universidade de Bolonha	1088	A primeira universidade ocidental. O termo "universidade", aliás, vem de sua criação. Durante as guerras mundiais, seus gestores buscaram se aproximar de países mais avançados tecnologicamente, o que permitiu que, ainda hoje.
Universidade de Paris	Não se sabe a data exata de sua fundação, mas estima-se que suas atividades tenham iniciado em 1096.	Ela foi separada, em 1970, em 13 universidades autônomas, dentre as quais a mais famosa é Sorbonne (fundada em 1257). A Universidade de Paris fechou três vezes em sua história: em 1229, durante uma revolta de seus alunos, em 1940, durante a invasão do exército alemão e em 1968, durante o chamado <i>Maio Francês</i> , conhecido como uma revolução cultural.
Universidade de Oxford	A data considerada é de 1096	A instituição se desenvolveu mais rapidamente depois de 1167, quando o rei Henrique II proibiu que ingleses estudassem na Universidade de Paris.
Universidade de Montpellier	Ano da fundação 1150	Localizada em Montpellier, na França, acredita-se que já ministrava aulas antes de sua data oficial de fundação. A Universidade foi fechada durante a revolução francesa em 1793, mas as faculdades de ciência e letras foram restabelecidas em 1810, enquanto as aulas de direito voltaram apenas em 1880.
Universidade de Cambridge	Provável data de fundação 1209.	A segunda universidade mais antiga da língua inglesa, foi criada por dois acadêmicos que deixaram Oxford após uma disputa. Desde então, as duas instituições cultivam um clima de rivalidade.

Universidade de Salamanca	Foi criada em 1218	Localizada na cidade homônima, na Espanha, e recebeu o título de Universidade pelas mãos do Papa Alexandre IV em 1225.
Universidade de Pádua	Fundação 1222	É a segunda universidade mais antiga da Itália, fundada por um grupo de estudantes e professores que deixaram a Universidade de Bolonha em busca de uma maior liberdade acadêmica.
Universidade de Coimbra	Datado de 1290	Ao assinar o <i>Scientia e thesaurus mirabilis</i> , D. Dinis criava a universidade mais antiga do país e uma das mais antigas do mundo. A Universidade de Coimbra começa a funcionar em Lisboa e em 1308 é transferida para Coimbra, alternando entre as duas cidades até 1537, quando se instala definitivamente na cidade do Mondego.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de GALASTRI, 2013 e COIMBRA, 2015.

As primeiras universidades tiveram uma significância para a vida do homem medieval, porque estas constituíam autênticos espaços de desenvolvimento de sua intelectualidade, um centro de desenvolvimento do pensamento do homem europeu. Notamos que a universidade, desde sua criação, sempre foi um espaço para os abastados e privilegiados economicamente. (LE GOFF, 1989).

1.1 A Implantação e a Estatização da Universidade Moderna.

A universidade passou por consideráveis transformações marcadas pelo desapego ao método tradicional teológico e sua imersão aos estudos científicos baseados na perspectiva humanística. A universidade moderna foi formada pela atuação do Estado Nacional da Europa e influenciada pelo Iluminismo² e pelo o Enciclopedismo³. No plano político e social, encontrou sua base na Revolução Francesa de 1789 (TRINDADE, 2000).

A partir do século XIX, notamos que a ciência foi introduzida no ensino universitário e, com esta, abriu-se uma nova relação entre universidade e Estado. Trindade (2000), diz que países como França, Itália e Prússia, foram impulsionados pela estatização universitária na Idade Moderna.

Em Berlim, no ano 1809, foi criada a primeira universidade moderna. Seu fundador foi Wilhelm Von Humboldt. Esta, passou a se pautar nos parâmetros das regras da racionalidade e da ciência como princípio basilar para a formação universitária. A importância da Universidade

² **Iluminismo** foi um **movimento intelectual** que ocorreu na Europa do século XVIII, e teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia.

³ Os filósofos e economistas difundiram suas ideias mediante livros e folhetos, oralmente (nos “salões”, reuniões de caráter social, equivalentes às nossas conferências) e, sobretudo, na Enciclopédia. Começada em 1751, foi concluída em 1772. Constava de 35 volumes.

de Berlim está no fato de que se imprimiu um modelo que inspirou o ensino superior na Europa e nos demais continentes da terra. (SGUISSARDI, 2005).

Movido pela revolução industrial do século XVIII, o perfil do ensino superior deixou de ser a produção de ideias para ser um ensino mais pragmático e utilitário. Este desvio aconteceu a partir do momento que a universidade passou a ceder às determinações do capitalismo movido pela força industrial.

2 A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: uma breve retomada de seu percurso histórico.

Nesta seção faremos um breve histórico do Programa Universidade para Todos (PROUNI) no contexto da reforma do ensino superior, pois entendemos que este foi um dos programas que materializou a referida reforma.

2.1 Histórico da Criação do PROUNI (contextualização do programa)

O programa Universidade Para Todos nasceu dentro de um contexto em que o Presidente Lula (2003-2006) deu sequência as políticas privatistas iniciadas em governos anteriores. Políticas estas inseridas no conjunto de reformas do sistema educacional brasileiro, dentre as quais se destacam:

- a) Decreto 4.914, de 11/12/2003 dispõe sobre os centros universitários alterando o art. 11 do Decreto nº 860, de 9 de julho de 2001;
- b) Lei nº 10.861, de 14/04/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES;
- c) Lei nº 11.079, de 30/12/2004 que institui a Parceria Público Privado;
- d) Decreto Presidencial nº 5.225, de 1/10/2004 que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs à categoria de Instituições de Ensino Superior;
- e) Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das IFES;
- f) Decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 que regulamenta a educação à distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro;
- g) o Decreto nº 5.773, de 9/05/2006 que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das IES;
- h) Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004 transformado na Lei nº 11.096/05 (que criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI); e
- i) o Projeto de Lei nº 7.200/06, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006, que estabelece nova regulamentação para a educação superior brasileira (BRASIL, 2005).

Neste contexto, o governo federal por meio da medida provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 instituiu o Programa Universidade Para Todos – PROUNI e em 13 de janeiro de 2005, esta medida foi transformada na Lei nº 11.096/2005.

O programa oferece uma isenção fiscal às IES privadas. Nesse sentido, essas empresas concedem bolsas aos estudantes necessitados. O PROUNI, no conjunto das políticas públicas afirmativas⁴ do governo federal, tem como foco garantir o acesso e permanência aos bolsistas na vida acadêmica. Assim, o PROUNI abre oportunidade a esses estudantes que historicamente enfrentaram barreiras no acesso ao ensino superior. (FACEIRA, 2009).

O PROUNI oferta bolsas para todos que estudaram na rede de escolas públicas e aos que foram bolsistas integrais na rede privada. São oferecidas bolsas integrais e bolsas parciais. (MEC, 2017).

No parágrafo 1º da referida Lei, notamos a comodidade comercial que o governo federal oferece à iniciativa privada da educação quando diz que o contrato tem duração de 10 anos, podendo ser renovado por mais 10 anos. Nesse caso, as IES privadas passam a serem favorecidas com recursos públicos.

Ao analisar esta Lei 11.096/2005, percebemos que este programa fortalece muito as IES privadas quando o governo federal abre mão de receber os tributos das empresas que aderirem ao programa. A Lei é bastante clara quando, no caput do Art. 8º, trata da isenção de impostos para estas instituições.

Na seguinte seção destacaremos o avanço do ensino superior privado e a sua relação com o programa Universidade Para Todos no estado de Alagoas.

3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): expansão do ensino superior privado em Alagoas

Esta seção tem como foco desenvolver uma investigação sobre o avanço do ensino superior privado no estado de Alagoas tendo como ponto de partida o PROUNI como uma das políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro no campo da educação. Estas políticas

⁴O termo foi empregado pela primeira vez pelo então presidente americano Lyndon Johnson na Howard University, em 1965, passando a significar a exigência de favorecimento de algumas minorias socialmente inferiorizadas e juridicamente desiguais por preconceitos histórico e culturalmente fixados (HAAS; LINHARES, 2013, p. 842).

contribuíram para a reforma da educação superior realizada pelo governo federal a partir dos anos de 1990. BASTOS (2007, p. 70) fala:

no caminho desse reordenamento, utiliza-se o receituário neoliberal, sendo que nesse momento histórico, com um caráter ainda mais impositivo, atingindo diversos campos sociais. Apoiado nos organismos internacionais: FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) – que “sugerem” a esses países novas formas gerenciais no tocante as políticas públicas – esses governos implementam todo um conjunto significativo de reformas, dentre elas as reformas educacionais, no caso em questão, a reforma do ensino superior, ou reforma universitária.

Faremos uma abordagem sobre o contexto da reforma da educação superior e seu desenvolvimento a partir dos anos de 1990 com a implantação das políticas de democratização do ensino superior mediante os programas de bolsas estudantis.

3.1 O Contexto da Reforma da Educação Superior em Alagoas e seu Desenvolvimento a partir dos Anos de 1990

Os anos de 1990 foram marcados pela expansão do ensino superior privado em todo território brasileiro (MACEDO et al., 2005). E Alagoas como um estado da república passa a ser impactada por essa expansão.

Segundo as informações publicadas no Anuário Estatístico de Alagoas, entre os anos de 2009 e 2014 o estado já possuía 27 IES privadas (ALAGOAS, 2017). O quadro 2 na página seguinte apresenta os números crescentes dessa distribuição

Quadro 2 - Evolução do número de instituições de educação superior, segundo a localização, categoria administrativa e organização acadêmica em Alagoas/ 2009 – 2014

(continua)

Categoria administrativa	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
2009															
Total	25	16	9	3	2	1	1	1		20	12	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2		1	1								1	1	
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	21	13	8				1	1		20	12	8			
2010															
Total	25	16	9	3	2	1	1	1		20	12	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2		1	1								1	1	
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	21	13	8				1	1		20	12	8			
2011															
Total	26	16	10	3	2	1	1	1		21	12	9	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2		1	1								1	1	
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	22	13	9				1	1		21	12	9			
2012															
Total	30	18	12	3	2	1	1	1		25	14	11	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2											1	1	
Estadual	2	1	1	3	2	1									
Privada	26	15	11				1	1		25	14	11			

Quadro 2 - Evolução do número de instituições de educação superior, segundo a localização, categoria administrativa e organização acadêmica em Alagoas/ 2009 – 2014

(conclusão)

Categoria administrativa	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
2013															
Total	27	18	9	3	2	1	1	1		22	14	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1									
Federal	2	2	0	1	1										
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	23	15	8				1	1		22	14	8			
2014															
Total	27	18	19	3	2	1	2	2		21	13	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1									
Federal	2	2	0	1	1										
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	23	15	8				2	2		21	13	8			

Fonte: ALAGOAS, 2017.

Percebemos no quadro 2, localizado na página anterior, que entre os anos de 2009 e 2014 o número de IES privadas era 4 vezes maior que o número de IES públicas. As IES privadas oscilaram durante estes anos entre 21 IES, em 2009 e 2010; 22 em 2011. Em 2012, este número é elevado para 26 e, em 2013 e 2014, houve uma redução de 3 IES, ficando, nestes dois anos, com 23 instituições de ensino superior privado no estado de Alagoas. Neste mesmo período o estado possuía apenas 3 IES públicas (UFAL, UNEAL e IFAL). O ensino superior privado no período de 2009 a 2014 no estado de Alagoas apresentou um crescimento maior que o ensino superior público.

Notamos que o ensino superior público no estado de Alagoas mesmo com o incentivo do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI)⁵ estacionou com 3 unidades de ensino.

Conforme dados do Sistema do PROUNI (SISPROUNI), o programa realizou 12.082 matrículas entre os anos de 2009 a 2016 (MEC, 2016b). Estas matrículas apresentaram uma variação nestes anos.

Os registros mostram que nos anos 2010, 2011 e 2012 houve uma queda apenas na adesão às bolsas integrais em relação aos anos anteriores, mas em 2013 o crescimento de bolsas integrais foi retomado, chegando ao primeiro semestre de 2016 com 740 bolsas integrais.

A partir dos números apresentados nesta seção, percebemos que o referido programa ofereceu incentivos para o desenvolvimento do ensino superior em Alagoas. O primeiro incentivo se deu à medida que o governo federal concedeu, no período de 2010 a 2016, um total de 7.155 bolsas para os estudantes se matricularem nas instituições particulares de ensino superior. Outro motivo que contribuiu para o crescimento do ensino superior privado foram os incentivos fiscais oferecidos às instituições de ensino superior privadas em Alagoas com respaldo legal. Nesse sentido, o site do provedor de informações do segmento fiscal e tributário, Fiscais e Legais – FISCOSOFT, apresenta os seguintes dados acerca da isenção concedida à instituição que aderir ao programa:

dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1.394/2013, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao ProUni nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096/2005, ficará isenta, durante o período de vigência do termo de adesão, dos seguintes tributos:

- a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- b) Contribuição para o PIS/Pasep;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- d) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

A isenção relativa ao IRPJ e a CSLL resultará em benefício sobre o lucro, e em relação ao PIS e COFINS, resultará em benefício sobre o valor da receita auferida, ambos

⁵O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2010).

decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica. (<http://www.fiscosoft.com.br/main/> consulta realizada em 28/12/2016).

Fica evidente que através da educação superior privada há um esvaziamento dos cofres públicos, quando o governo abre mão de receber tributos que geram milhões de reais ao ano para os cofres da União.

Concluimos esta seção com a percepção de que o PROUNI, segundo os dados apresentados nesta seção, foi fundamental nesse processo de aceleração da educação superior. Por meio deste, o governo investiu verbas públicas em instituições privadas no estado de Alagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo federal criou o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) com o respaldo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cujo objetivo implícito em seu discurso era a democratização do ensino superior, promovendo, assim, oportunidades para o brasileiro de baixa renda cursar uma graduação em IES privadas, com ou sem fins lucrativos.

Ao analisarmos o PROUNI em Alagoas no período entre 2009 a 2016, ficou evidente que o programa contemplou 36 IES privadas com bolsas, distribuídas da seguinte forma: na modalidade presencial, 3.317 bolsas para faculdades, 117 bolsas para centros universitários; e na modalidade de ensino a distância foram 3.033 bolsas para universidades, 683 bolsas para centros universitários e 5 bolsas para faculdades, somando um total de 7.155 bolsas. Se fôssemos calcular uma média de bolsas por instituições em Alagoas, partindo do número de bolsas, dividindo pelo número de IES contempladas, resultaria numa média de 198 bolsas do PROUNI por instituições em Alagoas. Tendo em vista o número de bolsas ofertadas entre os anos de 2009 a 2016, entendemos que o PROUNI contribuiu para a expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas.

Nesse sentido, compreendemos que o PROUNI tem se tornado um veículo muito importante para a consolidação dessa transferência e da expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. (2017). *Anuário Estatístico do Estado de Alagoas 2015*, ano 22, n. 22. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Disponível em:

<<http://dados.al.gov.br/dataset/4510081e-80b9-4b1e-9d93-9c6a775587fd/resource/e7015c87-944f-46f6-8ee5-d0727578ee7f/download/anuario2016v.2221.03.2017.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BASTOS, (2007). Alexandre Fleming Vasques. *A reforma da universidade no Brasil: discurso (re) velador - Maceió*, EDUFAL.

BRASIL. (2005). *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/111096.htm>. Acesso em: 02 jan. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAAE**- v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

FACEIRA, Lobelia da Silva. (2009). *O ProUni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e micro sociais*: pesquisa sobre a implementação pelo MEC e por duas universidades na região metropolitana do Rio. 2009. 238f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GALASTRI, Luciana. As 10 universidades mais antigas do mundo. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, out. 2013. Seção Notícias: educação. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/revista/common/0,,emi343904-17770,00-as+universidades+mais+antigas+do+mundo.html>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, 2013.

LE GOFF, Jacques. (1989). *Os intelectuais na idade média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACEDO, Arthur Roquete de et al.(2005). Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 13, n. 47.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. (2016). *ProUni - Programa Universidade para Todos*. 2016a. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos/consulta>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. (2005). *Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil*. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 191-222.

TRINDADE, Hélió. (2000). Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, p. 122-133.